

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM 5 (CINCO) SÉRIES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA PDL 1.0
COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS**

celebrada entre

PDL 1.0 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

como EMISSORA;

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS,**

*como AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS, representando a
comunhão dos titulares das Debêntures;*

e

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.,**

como interveniente anuente

Datada de
5 de outubro de 2015



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM 5 (CINCO) SÉRIES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA PDL 1.0 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

Pelo presente instrumento particular, como EMISSORA,

PDL 1.0 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 10.989, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 17.544.492/0001-89, neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social (“EMISSORA”); e, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 8, ala B, salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada, na forma de seu estatuto social (“AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS”); e, na qualidade de interveniente anuente,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, Nº 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL”),

sendo a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS referidos em conjunto como “Partes” e individual e indistintamente como “Parte”,

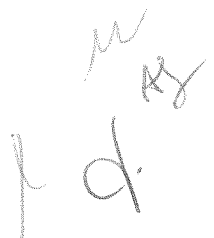
vêm por esta e em regular forma de direito firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 5 (cinco) Séries, da Espécie Subordinada, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da PDL 1.0 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros” (“Escritura de Emissão Subordinada” e “Emissão”, respectivamente), em observância às seguintes Cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES

- 1.1 Termos definidos na presente Escritura de Emissão Subordinada terão o seguinte significado:
 1. “AGE”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (2.1.1);
 2. “Agente de Liquidação”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.12.1);
 3. “AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL”: Tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
 4. “AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS”: Tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
 5. “ANBIMA”: Significa a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;

Handwritten initials: "w", "d", and "d."

6. “Assembleia Geral de Devedoristas Subordinados”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (7.1);
7. “BACEN”: Significa o Banco Central do Brasil;
8. “Bens e Direitos”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (4.6);
9. “CACIQUE”: Significa o Banco Cacique S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.349.358/0001-83;
10. “Carteira”: Significa, indistintamente, a Carteira Inicial e a Carteira Final;
11. “Carteira Final”: Significa o conjunto dos Direitos Creditórios Consignados CACIQUE que serão transferidos pelo CACIQUE para EMISSORA, nos termos do Contrato de Cessão de Carteira. A Carteira Final será elaborada com base na Carteira Inicial, mas contemplará as variações ocorridas desde a determinação da Carteira Inicial pelo CACIQUE e EMISSORA, até as data de transferência dos Direitos Creditórios Consignados CACIQUE para a EMISSORA;
12. “Carteira Inicial”: Significa o conjunto dos Direitos Creditórios Consignados CACIQUE de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social identificada no arquivo eletrônico que compõe o “anexo A” do Contrato de Serviços;
13. “Cédula de Crédito Bancário”: Significa (i) as cédulas de crédito bancário firmadas pelos Mutuários com o CACIQUE no âmbito do Convênio CACIQUE, e/ou (ii) as cédulas de crédito bancário firmadas pelos Mutuários com o DAYCOVAL no âmbito do Convênio DAYCOVAL e/ou do Convênio, conforme o caso;
14. “CETIP”: Significa a CETIP S.A. – Mercados Organizados;
15. “CETIP21”: Significa o Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP;
16. “CLICK”: Significa a Click Promotora de Vendas S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.112.077/0001-60;
17. “CNPJ/MF”: Tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
18. “Conta Desembolso”: Significa a conta corrente nº 01.102740-6, agência 0001, de titularidade da EMISSORA, mantida no JP Morgan, ou qualquer outra conta que venha a substituí-la;
19. “Conta Corrente da Emissora”: Significa a conta corrente nº 01.102814-9, agência 0001, de titularidade da EMISSORA, mantida no JP Morgan, ou qualquer outra conta que venha a substituí-la;
20. “Contas Vinculadas”: Significa a Conta Desembolso e/ou a Conta Corrente da Emissora a serem movimentadas nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e dos demais Documentos da Operação, conforme aplicável;
21. “Contrato de Cessão”: Significa o “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Consignados e Outras Avenças” a ser celebrado entre o DAYCOVAL, a EMISSORA, a CLICK e, na qualidade de interveniente anuente, o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL, e seus respectivos anexos, conforme aditado de tempos em tempos;

22. “Contrato de Cessão de Carteira”: Significa o *Credit Portfolio Assignment Agreement* (Contrato de Cessão de Carteira) celebrado em 1 de abril de 2015 entre o CACIQUE, a EMISSORA e outros signatários, e seus respectivos anexos, conforme aditado de tempos em tempos;
23. “Contrato de Cessão Fiduciária de CDB”: Significa o “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia” a ser celebrado entre a EMISSORA, o DAYCOVAL e a CLICK, e seus respectivos anexos, conforme aditado de tempos em tempos;
24. “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”: Significa o “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária e Outras Avenças” a ser celebrado entre a EMISSORA, o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL, e seus respectivos anexos, conforme aditado de tempos em tempos;
25. “Contrato de Custódia Física”: Significa(m) o(s) instrumento(s) jurídico(s) a ser(em) celebrado(s) entre a EMISSORA e os Custodiantes para os fins de custódia dos Documentos Comprobatórios;
26. “Contrato de Distribuição”: Significa o “Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Emissão de Debêntures Simples da PDL 1.0 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros” a ser celebrado entre a EMISSORA e o Coordenador Líder e seus respectivos anexos;
27. “Contrato de Prestação de Serviços Oliveira Trust CACIQUE”: Significa o “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços CACIQUE” a ser celebrado entre a EMISSORA, o Usufrutuário e o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL, e seus respectivos anexos, conforme aditado de tempos em tempos;
28. “Contrato de Prestação de Serviços Oliveira Trust DAYCOVAL”: Significa o “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços DAYCOVAL” a ser celebrado entre a EMISSORA, o Usufrutuário e o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL, e seus respectivos anexos, conforme aditado de tempos em tempos;
29. “Contrato de Serviços”: Significa o “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços Relacionados à Aquisição de Direitos Creditórios Consignados e Outras Avenças”, a ser celebrado entre o DAYCOVAL, a EMISSORA, a CLICK e, na qualidade de interveniente anuente, o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL e seus respectivos anexos, conforme aditado de tempos em tempos;
30. “Contrato de Usufruto”: Significa o “Contrato de Usufruto, Gestão de Sociedade por Ações e Outras Avenças” celebrado nesta data entre a Stichting PDL 1.0 Alfa, a Stichting PDL 1.0 Beta, o Usufrutuário e o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL e seus respectivos anexos, conforme aditado de tempos em tempos;
31. “Controlada” e termos correlatos: Significa, em relação a qualquer Pessoa, qualquer sociedade cujo Controle seja detido, direta ou indiretamente, pela Pessoa em questão;

32. “Controle”, “Controlador” e termos correlatos: Têm o significado previsto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações e/ou significa o poder detido pelo acionista ou quotista que detenha 50% (cinquenta por cento) mais uma ação ou quota do capital votante de uma determinada Pessoa;
33. “Coordenador Líder” ou “JP Morgan”: Significa o Banco J.P. Morgan S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.172.537/0001-98;
34. “CPF/MF”: Significa o Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;
35. “Convênio”: Significa o “Convênio que entre si celebram o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DataPrev e o DAYCOVAL, para a Realização de Consignações Decorrentes de Empréstimos e de Operações com Cartão de Crédito aos Titulares de Benefícios de Aposentadoria e Pensão do Regime Geral de Previdência Social, Mediante Consignação na Renda Mensal do Respectivo Benefício na Forma da Lei No. 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com Redação dada pela Lei No. 10.953, de 27 de setembro de 2004”, processo 35000.000423/2013-37, celebrado em 01 de novembro de 2013, e suas alterações posteriores;
36. “Convênio CACIQUE”: Significa o “Convênio que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Previdência Social, via INSS e o BANCO CACIQUE S.A., com a Finalidade de Processar Consignações em Folha de Pagamento dos Aposentados e Pensionistas do INSS”, processo 35000.000794/2013-19, celebrado em 11 de dezembro de 2013, e suas alterações posteriores;
37. “Convênio DAYCOVAL”: Significa o “Convênio que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, via Secretaria de Gestão Pública – SEGEF e o BANCO DAYCOVAL S.A., com a Finalidade de Processar Consignações em Folha de Pagamento dos Servidores Públicos do Poder Executivo da União”, processo 05100.002012/2014-78, Convênio Consig No. 77/2014 – SEGEF/MP, celebrado em 11 de setembro de 2014, e suas respectivas prorrogações;
38. “Créditos”: Tem o significado que lhe é atribuído na Escritura de Emissão das Debêntures com Garantia Real;
39. “Custodiantes”: Significam a P3Image Comércio e Serviços de Informática Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.265.444/0001-84 e a Virtual Tech Informática Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.020.990/0001-80;
40. “CVM”: Significa a Comissão de Valores Mobiliários;
41. “Data de Emissão”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.9.1);
42. “Data de Pagamento”: Significa cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou a Data de Vencimento;
43. “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.17.1);
44. “Data de Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.23.2);

45. “Data de Transferência”: Tem o significado que lhe é atribuído no Contrato de Cessão de Carteira;
46. “Data de Vencimento”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.10.1);
47. “DAYCOVAL”: Significa o BANCO DAYCOVAL S.A., inscrito no CNPJ/MF sob nº 62.232.889/0001-90;
48. “Debêntures”: Significa as Debêntures com Garantia Real ou as Debêntures Subordinadas;
49. “Debêntures com Garantia Real”: Significa as debêntures emitidas nos termos da Escritura de Emissão das Debêntures com Garantia Real;
50. “Debêntures Subordinadas”: Significa, quando consideradas em conjunto, as Debêntures Subordinadas da 1ª Série, as Debêntures Subordinadas da 2ª Série, as Debêntures Subordinadas da 3ª Série, as Debêntures Subordinadas da 4ª Série e as Debêntures Subordinadas da 5ª Série;
51. “Debêntures Subordinadas da 1ª Série”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.8.1);
52. “Debêntures Subordinadas da 2ª Série”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.8.1);
53. “Debêntures Subordinadas da 3ª Série”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.8.1);
54. “Debêntures Subordinadas da 4ª Série”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.8.1);
55. “Debêntures Subordinadas da 5ª Série”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.8.1);
56. “Debenturista Subordinado” ou “Debenturistas Subordinados”: Significa, quando considerados em conjunto, os titulares das Debêntures Subordinadas da 1ª Série, das Debêntures Subordinadas da 2ª Série, das Debêntures Subordinadas da 3ª Série, das Debêntures Subordinadas da 4ª Série e das Debêntures Subordinadas da 5ª Série;
57. “Despesas”: Tem o significado que lhe é atribuído no item (1.1.58) da Escritura de Emissão das Debêntures com Garantia Real;
58. “Dia Útil”: Significa qualquer dia de segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional;
59. “Direitos Creditórios Consignados CACIQUE”: Significa a totalidade dos direitos creditórios, em moeda corrente nacional, líquidos de IOF, comissões, qualquer taxa de administração/serviço/custos de processamento ou tributos, decorrentes de cada prestação devida por Mutuário ao detentor de tais direitos creditórios nos termos das respectivas Cédulas de Crédito Bancário;
60. “Direitos Creditórios Consignados DAYCOVAL”: Significa a totalidade dos direitos creditórios, em moeda corrente nacional, líquidos de qualquer taxa de administração/serviço/custos de processamento ou tributos, decorrentes de cada prestação devida por Mutuário ao DAYCOVAL nos termos de cédulas de crédito bancário específica contratada (i) com observância do Convênio DAYCOVAL, (ii) dos Procedimentos de Contratação, e (iii) com a finalidade específica de serem cedidos à Emissora nos termos do Contrato de Cessão;
61. “Direitos Creditórios Consignados”: Significam os Direitos Creditórios Consignados CACIQUE e os Direitos Creditórios Consignados DAYCOVAL, quando considerados em conjunto;

MS
f d.

62. “Documentos da Operação”: Significa, em conjunto ou separadamente, (i) o Contrato de Cessão, (ii) o Contrato de Cessão de Carteira; (iii) o Contrato de Cessão Fiduciária de CDB; (iv) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (v) o Contrato de Custódia Física; (vi) o Contrato de Distribuição; (vii) o Contrato de Prestação de Serviços Oliveira Trust CACIQUE; (viii) o Contrato de Prestação de Serviços Oliveira Trust DAYCOVAL; (ix) o Contrato de Serviços; (x) o Contrato de Usufruto; (xi) o Convênio; (xii) o Convênio CACIQUE; (xiii) o Convênio DAYCOVAL; (xiv) a Escritura de Emissão das Debêntures com Garantia Real; e (xv) esta Escritura de Emissão Subordinada, e seus respectivos anexos;
63. “Emissão”: Tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
64. “EMISSIONA”: Tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
65. “Empresa de Auditoria”: Significa qualquer das seguintes empresas de auditoria independente: Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S/S, KPMG Auditores Independentes ou Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes;
66. “Escritura de Emissão das Debêntures com Garantia Real”: Significa a “Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da PDL 1.0 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros”, a ser celebrada entre a EMISSIONA e o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL e seus respectivos anexos, conforme aditada de tempos em tempos;
67. “Escritura de Emissão Subordinada”: Tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
68. “Escriturador”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.12.1);
69. “Estatuto Social”: Significa o estatuto social da EMISSIONA, devidamente arquivado na JUCESP, conforme alterado de tempos em tempos;
70. “Eventos de Avaliação”: Tem o significado que lhe é atribuído no item (4.15.1) da Escritura de Emissão das Debêntures com Garantia Real;
71. “Eventos de Vencimento Antecipado”: Tem o significado que lhe é atribuído no item (4.15.3) da Escritura de Emissão das Debêntures com Garantia Real;
72. “Fator SELIC”: Significa a taxa de juros média ponderada pelo volume das operações de financiamento por 1 (um) dia, lastreadas em títulos públicos federais, apurada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC e divulgada pelo Banco Central do Brasil ou por Pessoa que o substitua para estes fins;
73. “Fundo de Liquidez”: Tem o significado que lhe é atribuído no item (4.13.1) da Escritura de Emissão das Debêntures com Garantia Real;
74. “Garantias Reais”: Tem o significado que lhe é atribuído no item (4.11.1) da Escritura de Emissão de Debêntures com Garantia Real;
75. “IGP-M”: Significa o Índice Geral de Preços, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;

76. “Indisponibilidade”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.15.3);
77. “INSS”: Significa o Instituto Nacional do Seguro Social;
78. “Instrução CVM 28”: Significa a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada;
79. “Instrução CVM 358”: Significa a Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada;
80. “Instrução CVM 476”: Significa a Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada;
81. “Instrução CVM 480”: Significa a Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada;
82. “IPCA”: Significa o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
83. “Investidores Profissionais”: Significam os investidores referidos no artigo 9º da Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada, observado que as Pessoas naturais ou jurídicas mencionadas no inciso (iv) de referido artigo 9º que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio serão consideradas investidores profissionais;
84. “Item”: Significa qualquer item desta Escritura de Emissão Subordinada;
85. “JUCESP”: Significa a Junta Comercial do Estado de São Paulo;
86. “Juros Remuneratórios”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.15.1);
87. “Juros Remuneratórios da 1ª Série”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.15.1);
88. “Juros Remuneratórios da 2ª Série”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.15.1);
89. “Juros Remuneratórios da 3ª Série”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.15.1);
90. “Juros Remuneratórios da 4ª Série”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.15.1);
91. “Lei das Sociedades por Ações”: Significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
92. “Matérias Relevantes”: Tem o significado que lhe é atribuído na alínea (a) do Item (6.6);
93. “MDA”: Significa o Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP;
94. “Montante Mínimo”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (4.16.4) da Escritura de Emissão de Debêntures com Garantia Real;

95. “Mutuário”: Significa (i) os aposentados que sejam beneficiários de pensão do Poder Executivo Federal, através do INSS, e que tenham firmado Cédula de Crédito Bancário com o CACIQUE no âmbito do Convênio CACIQUE, e/ou (ii) os servidores, ativos e inativos e os beneficiários de pensão do Poder Executivo Federal que recebam remuneração ou provento pelo SIAPE que tenham firmado Cédula de Crédito Bancário com o DAYCOVAL no âmbito do Convênio DAYCOVAL e do Programa de Securitização, devidamente identificado por seu CPF/MF;
96. “Novo Cálculo dos Juros Remuneratórios”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.15.7);
97. “Oferta Restrita”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (2.2.1);
98. “Ordem de Subordinação”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.6.1);
99. “Pagamento dos Juros Remuneratórios”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.17.1);
100. “Parte” e “Partes” Têm o significado que lhes é atribuído no Preâmbulo;
101. “Participação nos Resultados”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.15.8);
102. “Período de Capitalização”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.15.2);
103. “Pessoa”: Significa qualquer Pessoa, física ou jurídica, sociedade, associação, condomínio, fundação, *joint venture*, sociedade de fato, entidade organizada sem personalidade jurídica, fundo de investimento, governo, incluindo entidades da administração direta ou indireta, ou qualquer subdivisão política, repartição ou órgão de qualquer governo;
104. “Preâmbulo”: Significa o preâmbulo desta Escritura de Emissão;
105. “Primeira Data de Integralização”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.11.1);
106. “Procedimentos de Contratação”: Significa os procedimentos de contratação observados pelo DAYCOVAL definidos no Contrato de Cessão;
107. “Programa de Securitização”: Significa o procedimento por meio do qual a EMISSORA adquire Direitos Creditórios Consignados e emite as Debêntures com Garantia Real e as Debentures Subordinadas de forma a captar os recursos necessários ao pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios Consignados;
108. “Razão de Garantia”: Tem o significado que lhe é atribuído no item (1.1.115) da Escritura de Emissão das Debêntures com Garantia Real;
109. “Remuneração”: Significa, conforme o caso, os Juros Remuneratórios das Debêntures Subordinadas da 1ª Série, os Juros Remuneratórios das Debêntures Subordinadas da 2ª Série, os Juros Remuneratórios das Debêntures Subordinadas da 3ª Série, os Juros Remuneratórios das Debêntures Subordinadas da 4ª Série e a Participação nos Resultados;

- 110. “Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.23.1);
- 111. “Resolução 2.686”: Significa a Resolução nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, do Banco Central do Brasil, conforme alterada;
- 112. “Saldo Mínimo de Caixa”: Tem o significado que lhe é atribuído na alínea “(a)” do Item (11.1);
- 113. “Série”: Significa cada Série de Debêntures Subordinadas;
- 114. “SIAPE”: Significa o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos da administração federal;
- 115. “Spread”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.15.1);
- 116. “Taxa DI”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.15.1);
- 117. “Usufrutuário”: Significa a Oliveira Trust Servicer S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-20;
- 118. “Valor do Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.23.3); e
- 119. “Valor Nominal Unitário”: Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.3.1).

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

2.1. Autorizações Societárias

2.1.1. Esta Escritura de Emissão Subordinada é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da EMISSORA realizada em 25 de setembro de 2015 (“AGE”) nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

2.2. Registro na ANBIMA e Dispensa de Registro na CVM

2.2.1. As Debêntures Subordinadas serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”).

2.2.2. Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a CVM.

2.2.3. A Oferta Restrita será objeto de registro perante a ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do artigo 1º, parágrafos 1º e 2º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, condicionado o cumprimento da obrigação de registro na ANBIMA à expedição de diretrizes específicas e comunicação ao mercado por referido órgão.

2.3. Registro na JUCESP e Publicação da Ata da AGE

2.3.1. Previamente à subscrição e integralização das Debêntures Subordinadas, a ata da AGE será devidamente arquivada na JUCESP, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e publicada (i) no “O Estado de São Paulo” e (ii) no Diário Oficial do Estado São Paulo, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.

2.4. Registro desta Escritura de Emissão Subordinada e seus eventuais aditamentos

2.4.1. Esta Escritura de Emissão Subordinada e seus eventuais aditamentos serão protocolados para arquivamento, pela EMISSORA, na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da respectiva data de assinatura.

2.4.2. A Emissora deverá enviar ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão Subordinada e de seus eventuais aditamentos, devidamente inscritos na JUCESP, em até 10 (dez) Dias Úteis contados das respectivas datas de registro.

2.5. Depósito para Distribuição e Negociação

2.5.1. As Debêntures Subordinadas serão depositadas para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição das Debêntures Subordinadas liquidada financeiramente por meio da CETIP.

2.5.2. As Debêntures Subordinadas serão registradas para negociação no CETIP21, sendo a negociação das Debêntures Subordinadas liquidada financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures Subordinadas custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.3. As Debêntures Subordinadas somente poderão ser negociadas entre Investidores Profissionais depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento pela EMISSORA das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS**3.1. Objeto Social da EMISSORA**

3.1.1. A EMISSORA tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios oriundos de operações financeiras praticadas pelo CACIQUE e pelo DAYCOVAL.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura de Emissão Subordinada constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da EMISSORA.

3.3. Montante da Emissão e Valor Nominal Unitário

3.3.1. A Emissão será de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), sendo o valor nominal unitário de cada Debênture Subordinada na Data de Emissão de R\$ 1.000,00 (um mil reais) (“Valor Nominal Unitário”).

3.3.2. Ao final do período de colocação das Debêntures Subordinadas previsto no Contrato de Distribuição a presente Escritura de Emissão Subordinada será aditada para refletir a quantidade de Debêntures Subordinadas efetivamente subscritas e integralizadas.

3.4. Forma e Conversibilidade

3.4.1. As Debêntures Subordinadas serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados e não serão conversíveis em ações de emissão da EMISSORA.

3.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures Subordinadas

3.5.1. A EMISSORA não emitirá certificados de Debêntures Subordinadas. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures Subordinadas será comprovada pelo Escriturador por meio de extrato da conta de depósito a ser por ele emitido. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures Subordinadas o extrato expedido pela CETIP em nome do titular da Debênture Subordinada quando as Debêntures Subordinadas estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.6. Espécie

3.6.1. As Debêntures Subordinadas são da espécie subordinada, nos termos do artigo 58, § 4º da Lei das Sociedades por Ações. Cada Série subordina-se aos credores quirografários da EMISSORA e às Séries emitidas anteriormente (“Ordem de Subordinação”), preferindo somente, observada a Ordem de Subordinação, aos créditos dos acionistas da EMISSORA.

3.7. Séries

3.7.1. A Emissão será realizada em 5 (cinco) Séries.

3.8. Quantidade

3.8.1. Serão emitidas até 500.000 (quinhentas mil) Debêntures Subordinadas, sendo até 200.000 (duzentas mil) Debêntures Subordinadas da 1ª (primeira) Série (“Debêntures Subordinadas da 1ª Série”), até 125.000 (cento e vinte e cinco mil) Debêntures Subordinadas da 2ª (segunda) Série (“Debêntures Subordinadas da 2ª Série”), até 100.000 (cem mil) Debêntures Subordinadas da 3ª (terceira) Série (“Debêntures Subordinadas da 3ª Série”), até 50.000 (cinquenta mil) Debêntures Subordinadas da 4ª (quarta) Série (“Debêntures Subordinadas da 4ª Série”) e até 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures Subordinadas da 5ª (quinta) Série (“Debêntures Subordinadas da 5ª Série”).

3.9. Data de Emissão

3.9.1. Para todos os fins e efeitos de direito, a data de emissão das Debêntures Subordinadas será o dia 1º de outubro de 2015 (“Data de Emissão”).

3.10. Data de Vencimento

3.10.1. As Debêntures Subordinadas têm prazo de vigência de 6 (seis) anos a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2021, sendo que, caso tal data venha a incidir em dia que não seja um Dia Útil, a data corresponderá ao Dia Útil imediatamente subsequente (“Data de Vencimento”). Na Data de Vencimento, a EMISSORA deverá pagar aos Debenturistas Subordinados o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* até a Data de Vencimento, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão Subordinada e os procedimentos definidos pela CETIP.

3.10.2. Observado o disposto no Item (3.10.1) e no Item (3.23), a EMISSORA poderá promover, a seu exclusivo critério, o Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas em qualquer data anterior à Data de Vencimento.

3.11. Condição de Subscrição, Preço de Integralização e Forma de Pagamento

3.11.1. As Debêntures Subordinadas da 1^a, 2^a, 3^a e 4^a Séries serão subscritas à vista, em moeda corrente nacional, e integralizadas (i) por seu Valor Nominal Unitário na primeira data de integralização das respectivas Séries (“Primeira Data de Integralização”), e para as demais integralizações (ii) por seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, desde a respectiva Primeira Data de Integralização até a próxima data de integralização, de acordo com as normas de liquidação definidas pela CETIP.

3.11.2. As Debêntures Subordinadas da 5^a Série serão subscritas à vista, em uma única data, e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação definidas pela CETIP.

3.11.3. Cada integralização das Debêntures Subordinadas deverá observar os termos e condições do respectivo boletim de subscrição firmado entre a EMISSORA, o respectivo Debenturista Subordinado e as disposições contidas no § 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

3.12. Do Agente de Liquidação e do Escriturador

3.12.1. O agente de liquidação e o escriturador da Emissão é a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91 (“Agente de Liquidação” e “Escriturador”), sendo que essas definições incluem quaisquer outras instituições que venham a suceder o Agente de Liquidação e/ou o Escriturador no exercício de suas funções.

3.13. Colocação e Procedimento de Distribuição das Debêntures Subordinadas

3.13.1. As Debêntures Subordinadas serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob regime de melhores esforços de colocação para totalidade das Debêntures Subordinadas, nos termos da Instrução CVM 476, sob a coordenação do Coordenador Líder, instituição integrante do sistema de distribuição, conforme os termos e condições do Contrato de Distribuição.

3.13.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, observadas as disposições do Contrato de Distribuição.

3.13.3. O Coordenador Líder poderá procurar até, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures Subordinadas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.13.4. A subscrição e integralização das Debêntures Subordinadas será realizada de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

3.13.5. No ato de subscrição das Debêntures Subordinadas, os Investidores Profissionais assinarão declaração atestando, entre outros, estarem cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures Subordinadas estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

3.13.6. Nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a EMISSORA não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

Handwritten signature and initials, including "AS" and "d".

3.13.7. A EMISSORA e o Coordenador Líder comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.13.8. A EMISSORA obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até 1 (um) Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.13.9. O Coordenador Líder fica expressamente autorizado pela EMISSORA a organizar plano de distribuição tendo como público alvo apenas Investidores Profissionais que poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, desde que assegure que o tratamento dispensado aos investidores seja justo e equitativo, a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes e que sejam cumpridas as demais disposições aplicáveis nos termos da legislação em vigor. Neste sentido, não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita.

3.13.10. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures Subordinadas pelos acionistas da EMISSORA.

3.14. Inexistência de Fator de Atualização

3.14.1. O Valor Nominal Unitário de cada Debênture Subordinada não será atualizado monetariamente ou de qualquer outra forma.

3.15. Remuneração das Debêntures Subordinadas

Seção I – Juros Remuneratórios das Debêntures Subordinadas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries

3.15.1. A remuneração das Debêntures Subordinadas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries contemplará juros remuneratórios, calculados a partir da respectiva Primeira Data de Integralização, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros – DI de um dia, apuradas e divulgadas pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), expressas na forma percentual e calculadas diariamente com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Taxa DI”), capitalizada exponencialmente, acrescida de sobretaxa (“Spread”) de (i) 7,00% (sete por cento) ao ano, para as Debêntures Subordinadas da 1ª Série (“Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série”), (ii) 11,20% (onze inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, para as Debêntures Subordinadas da 2ª Série (“Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série”), (iii) 14,00% (quatorze por cento) ao ano, para as Debêntures Subordinadas da 3ª Série (“Juros Remuneratórios das Debêntures da 3ª Série”), e (iv) 28,00% (vinte e oito por cento) ao ano, para as Debêntures Subordinadas da 4ª Série (“Juros Remuneratórios das Debêntures da 4ª Série”), até a Data de Vencimento (em conjunto, “Juros Remuneratórios”). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries, conforme o caso, desde a respectiva Primeira Data de Integralização, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

Handwritten signature and initials.

$$J = VNe \times [(Fator DI \times Fator Spread) - 1];$$

onde:

J corresponde ao valor unitário dos Juros Remuneratórios acumulado no período, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização.

VNe corresponde ao Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

FatorDI corresponde ao produtório das Taxas DI a partir da data de início de cada

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{di}} (1 + TDI_k)$$

Período de Capitalização, inclusive, até a data de pagamento dos Juros Remuneratórios, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

n_{di} corresponde ao número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n_{di}” um número inteiro;

TDI_k corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

onde:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

k corresponde ao número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n_{di};

DI_k corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, , utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread corresponde ao spread de juros fixos aplicáveis às Debêntures Subordinadas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries, conforme o disposto no Item (3.15.1), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento,

$$Fator Spread = \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}}$$

conforme fórmula

Onde:

Spread 7,0000 (sete) para as Debêntures da 1ª Série; 11,2000 (onze inteiros e vinte centésimos) para as Debêntures da 2ª Série; 14,0000 (quatorze) para as Debêntures da 3ª Série; e 28,0000 (vinte e oito) para as Debêntures da 4ª Série, informada com 4 (quatro) casas decimais;

Handwritten signature/initials

n corresponde ao número de Dias Úteis entre a data da respectiva Primeira Data de Integralização de cada Série, ou a da última Data de Pagamento, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “n” um número inteiro;

abaixo:

Observações:

- O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

3.15.2. Para os fins e efeitos desta Escritura de Emissão Subordinada, o termo “Período de Capitalização” significa o intervalo de tempo que se inicia na respectiva Primeira Data de Integralização, no caso do primeiro período, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios anterior, no caso dos demais períodos, e termina na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

3.15.3. Em caso de indisponibilidade temporária, ausência da apuração, divulgação, limitação da aplicação, extinção e/ou em caso de inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial (“Indisponibilidade”) da Taxa DI na data de vencimento de qualquer obrigação pecuniária da EMISSORA nos termos desta Escritura de Emissão Subordinada, cuja apuração dependa da Taxa DI, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a EMISSORA e os Debenturistas Subordinados titulares das Debêntures Subordinadas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

3.15.4. Na hipótese de Indisponibilidade da Taxa DI por mais de 30 (trinta) dias corridos após a data esperada para sua apuração ou divulgação, deverá ser utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido como seu substituto. Caso, ao término do período de 30 (trinta) dias acima referido, não haja definição de novo parâmetro legal para a Taxa DI, deverá ser utilizado, para o cálculo dos Juros Remuneratórios, a partir do término do período de indisponibilidade acima referido, o Fator SELIC. Sem prejuízo do acima, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI durante o período de indisponibilidade acima referido, não sendo devidas quaisquer compensações entre a EMISSORA e os Debenturistas Subordinados titulares das Debêntures Subordinadas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries a qualquer título. No prazo de até 30 (trinta) dias corridos do término do período de indisponibilidade acima referido, as Partes obrigam-se a aditar esta Escritura de Emissão Subordinada de forma a refletir a substituição da Taxa DI por seu substituto legal ou pelo Fator SELIC, conforme o caso.

Handwritten signature and initials:
 2/10/28
 d.

3.15.5. Na hipótese de Indisponibilidade (i) do substituto legal da Taxa DI ou (ii) do Fator SELIC, conforme o caso, por mais de 30 (trinta) dias corridos após a data esperada para sua respectiva apuração ou divulgação, deverá ser utilizado para o cálculo dos Juros Remuneratórios, a partir do término do período de indisponibilidade acima referido, na hipótese do item (i) acima, o Fator SELIC ou, na hipótese do item (ii) acima, o substituto legal do Fator SELIC. Caso não haja novo parâmetro legalmente estabelecido para o Fator SELIC, o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados do término do período de 30 (trinta) dias acima referido, convocar os titulares das Debêntures Subordinadas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados, no modo e prazos previstos na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão Subordinada, para deliberar, em conjunto e em comum acordo com a EMISSORA e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03 e/ou regulamentação vigente aplicável, sobre o novo parâmetro de cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures Subordinadas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, o último valor divulgado para a Taxa DI, o substituto legal da Taxa DI ou do Fator SELIC, conforme aplicável, será utilizado na apuração do Fator DI quando do cálculo dos Juros Remuneratórios, não sendo devidas quaisquer compensações entre a EMISSORA e os Debenturistas Subordinados da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures Subordinadas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries.

3.15.6. Caso a Taxa DI, o substituto legal da Taxa DI ou o Fator SELIC, conforme o caso, volte a ser divulgada(o) antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados de que trata o Item (3.15.5), referida Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados não será realizada e a Taxa DI, o substituto legal da Taxa DI ou o Fator SELIC, conforme o caso, a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada(o) para o cálculo dos Juros Remuneratórios, sendo certo que até a data de divulgação, o último valor divulgado para a Taxa DI, o substituto legal da Taxa DI ou o Fator SELIC, conforme o caso, será utilizado para o cálculo dos Juros Remuneratórios, não sendo devidas quaisquer compensações entre a EMISSORA e os Debenturistas Subordinados titulares das Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries quando da divulgação da Taxa DI, do substituto legal da Taxa DI ou do Fator SELIC, conforme o caso.

3.15.7. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados de que trata o Item (3.15.5), não haja acordo sobre a nova remuneração entre a EMISSORA e os Debenturistas Subordinados titulares das Debêntures Subordinadas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries, representando 2/3 (dois terços) dos titulares das referidas Debêntures Subordinadas, os Debenturistas Subordinados titulares das Debêntures Subordinadas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries, reunidos na referida Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados, deliberarão por um novo parâmetro de cálculo dos Juros Remuneratórios ("Novo Cálculo dos Juros Remuneratórios") e, em seguida a EMISSORA optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a EMISSORA a comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da data da referida Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados, qual a alternativa escolhida:

- a) caso a EMISSORA não concorde com o Novo Cálculo dos Juros Remuneratórios, a EMISSORA deverá, após a liquidação integral de todas as obrigações assumidas pela EMISSORA nas Debêntures com Garantia Real, resgatar a totalidade das Debêntures Subordinadas em circulação, com seu consequente cancelamento, observada a ordem de aplicação de recursos prevista nos Itens (4.1), (4.2) e (11.1), por um valor equivalente a, para cada Debênture Subordinada da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries, o saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados pro rata temporis desde a respectiva Primeira Data de Integralização, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do resgate antecipado em questão, e demais encargos devidos e não pagos, utilizando-se para a apuração do Fator DI no cálculo dos Juros Remuneratórios o último valor divulgado para a

Taxa DI, o substituto legal da Taxa DI ou o Fator SELIC, conforme o caso, não sendo devidas quaisquer compensações entre a EMISSORA e os Debenturistas Subordinados titulares das Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries; ou

- b) caso a EMISSORA concorde com o Novo Cálculo dos Juros Remuneratórios, as Debêntures Subordinadas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries farão *jus* aos Juros Remuneratórios calculados de acordo com a forma acordada entre as Partes, hipótese na qual as Partes, no menor prazo possível, obrigam-se a aditar esta Escritura de Emissão Subordinada e os demais Documentos da Operação de forma a refletir a substituição do parâmetro de cálculo dos Juros Remuneratórios pelo Novo Cálculo dos Juros Remuneratórios não sendo devidas quaisquer compensações entre a EMISSORA e os Debenturistas Subordinados titulares das Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries.

Seção I – Remuneração das Debêntures Subordinadas da 5ª Série

3.15.8. *Participação nos Resultados.* Nos termos do artigo 19, inciso II, do Estatuto Social, cada Debênture Subordinada da 5ª Série fará *jus* ao recebimento de participação nos resultados da EMISSORA, limitada a 49% (quarenta e nove por cento) de seu resultado, a ser compulsoriamente apurada e declarada em consonância com as demonstrações financeiras anuais e balancetes e demonstrações financeiras da EMISSORA, auditadas e sujeitas à revisão especial, respectivamente, pela Empresa de Auditoria, elaboradas na forma da alínea “a” do Item (5.1) e do Estatuto Social (“Participação nos Resultados”).

3.15.9. A Participação nos Resultados deverá ser paga pela Emissora, inclusive a título de antecipação, sem acréscimo aos valores devidos, em uma ou mais Datas de Pagamento de Juros Remuneratórios, sendo que a totalidade dos valores devidos a título de Participação nos Resultados deverá ser integralmente paga aos titulares das Debêntures Subordinadas da 5ª Série até o término do respectivo exercício social em que houver sido deliberada a distribuição.

3.15.10. A EMISSORA, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado da data da assembleia geral ordinária que aprovar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, informará aos Debenturistas Subordinados da 5ª Série, com cópia para o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS o valor final da Participação nos Resultados a eles devida no respectivo exercício social.

3.15.11. A Emissora deverá informar a CETIP por escrito com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência, a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios em que será realizado o pagamento da Participação nos Resultados.

3.16. Repactuação Programada

3.16.1. As Debêntures Subordinadas não estão sujeitas à repactuação programada.

3.17. Pagamento dos Juros Remuneratórios

3.17.1. Observado o pagamento condicionado previsto na Cláusula Quarta, a Ordem de Subordinação e a ordem de alocação de recursos definidos nos Itens (4.1), (4.2) e (11.1) desta Escritura de Emissão Subordinada, e desde que um Evento de Avaliação ou um Evento de Vencimento Antecipado não tenha ocorrido, a EMISSORA deverá promover, trimestralmente, no 1º (primeiro) dia de janeiro, abril, julho e outubro (cada uma, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”), o pagamento dos Juros Remuneratórios (“Pagamento dos Juros Remuneratórios”), sempre até o limite das disponibilidades de caixa da EMISSORA depositadas na Conta Corrente da Emissora no 4º (quarto) Dia Útil imediatamente anterior à próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, que estejam desvinculadas e livres para transferência.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.

3.17.2. Caso no 4º (quarto) Dia Útil imediatamente anterior à próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios seja verificado que a EMISSORA não possui disponibilidades de caixa suficientes para realizar o pagamento dos Juros Remuneratórios devidos no respectivo Período de Capitalização, respectivos valores serão automaticamente incorporados ao Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas da respectiva Série.

3.18. Forma de Pagamento dos Valores Devidos ao Debenturista Subordinado

3.18.1. Observado o disposto nos Itens (4.1), (4.2) e (11.1), a EMISSORA efetuará o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, em moeda corrente nacional, nas respectivas Datas de Pagamento.

3.18.2. Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures Subordinadas serão efetuados pela EMISSORA por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures Subordinadas estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e em atendimento aos seus procedimentos, ou por meio do Escriturador para os titulares de Debêntures Subordinadas que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.18.3. A indisponibilidade do Debenturista Subordinado para receber os Juros Remuneratórios, a Participação nos Resultados e/ou o Valor Nominal Unitário nas datas de pagamento aqui previstas, desde que não motivados por culpa da EMISSORA, não dará ao Debenturista Subordinado o direito ao recebimento de juros, ou quaisquer outros encargos adicionais pelo período relativo ao atraso, sem prejuízo, todavia, de seu direito ao recebimento integral dos valores devidos.

3.18.4. Farão *jus* aos pagamentos devidos os titulares de Debêntures Subordinadas ao final do Dia Útil anterior à respectiva data de pagamento, conforme previsto nesta Escritura de Emissão Subordinada.

3.18.5. Observado o disposto no inciso “(ii)” do artigo 8º do Estatuto Social e no Contrato de Usufruto, após o resgate e/ou amortização integral das Debêntures com Garantia Real, fica desde já reservado à EMISSORA e aos Debenturistas Subordinados a prerrogativa de proceder à liquidação total ou parcial das Debêntures Subordinadas por meio da dação em pagamento dos Direitos Creditórios Consignados e demais bens e direitos de titularidade da EMISSORA, mesmo que a EMISSORA já tenha iniciado, diretamente ou por meio de terceiros contratados, processo de cobrança extrajudicial ou judicial dos referidos bens e direitos.

3.18.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS, não terá qualquer responsabilidade com relação a quaisquer prejuízos, reivindicações, demandas, danos, tributos ou despesas, resultantes da dação em pagamento prevista no Item (3.18.5) acima, inclusive, entre outros, qualquer responsabilidade por quaisquer demoras no procedimento de dação, ou quaisquer lucros cessantes inerentes a essas demoras, com as quais não possui(rá) qualquer ingerência sobre a forma, prazo e quaisquer condições que sejam arbitradas e aprovadas pelos Debenturistas Subordinados e a EMISSORA.

3.19. Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas

3.19.1. Até a liquidação integral das Debêntures com Garantia Real e ressalvados os procedimentos decorrentes do Pagamento dos Juros Remuneratórios, a EMISSORA não poderá proceder à amortização, total ou parcial, das Debêntures Subordinadas.

3.20. Prorrogação de Pagamentos

3.20.1. Caso qualquer Data de Pagamento não seja um Dia Útil, o respectivo pagamento será realizado no Dia Útil imediatamente subsequente à respectiva Data de Pagamento.

3.21. Incidência de Juros Moratórios e Multa Moratória

3.21.1. Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia vencida e não paga aos Debenturistas Subordinados, os débitos vencidos e não pagos pela EMISSORA, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos, em adição aos valores originalmente devidos, à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

3.22. Destinação dos Recursos

3.22.1. Observada a ordem de alocação de recursos prevista na Cláusula Décima Primeira desta Escritura de Emissão Subordinada, os recursos obtidos pela EMISSORA com a emissão das Debêntures Subordinadas serão depositados única e exclusivamente na Conta Desembolso e principalmente utilizados pela EMISSORA, na aquisição de Direitos Creditórios Consignados nos termos do Contrato de Cessão de Carteira e do Contrato de Cessão e para transferência para a Conta Corrente da Emissora com o fito de constituição do Saldo Mínimo de Caixa.

3.23. Resgate Antecipado

3.23.1. Observado o disposto no inciso (iii) do artigo 8º do Estatuto Social e no inciso (iii) do item (4.11) do Contrato de Usufruto, a EMISSORA poderá resgatar antecipadamente parte ou a totalidade das Debêntures Subordinadas da 1ª, 2ª, 3ª e/ou da 4ª Séries (“Debêntures Resgatáveis”), a qualquer momento, desde que, considerado *pro forma* o respectivo Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas, a EMISSORA atenda à Razão de Garantia (“Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas”). O Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas poderá ter como objeto Debêntures Subordinadas de quaisquer das Séries (exceto as Debêntures Subordinadas da 5ª Série, as quais não são passíveis de resgate antecipado nos termos deste Item (3.23.1)), sendo que, em caso de resgate parcial, o sorteio a ser realizado nos termos do Item (3.23.6) deverá considerar somente os titulares das Debêntures Subordinadas da(s) respectiva(s) Série(s) objeto do Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas.

3.23.2. O Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas deverá ser realizado mediante comunicação enviada pela EMISSORA à totalidade dos Debenturistas Subordinados, com cópia para o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS com, no mínimo, 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência, sendo que tal comunicação deverá informar (a) a quantidade de Debêntures Subordinadas a ser resgatada; (b) a data do Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas (“Data de Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas”), (c) a estimativa do Valor do Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas calculado pela EMISSORA para cada Debênture Subordinada, expresso em moeda corrente nacional, (d) a forma e os procedimentos de pagamento, que será realizado observado o disposto no Item (3.23), e (e) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas.

3.23.3. O valor do Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas devido pela EMISSORA para cada Debênture Subordinada objeto do Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a Data do Resgate Antecipado, e demais encargos devidos e não pagos (“Valor do Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas”).

3.23.4. O Valor do Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas será apurado pela EMISSORA.

3.23.5. As Debêntures Subordinadas objeto do Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas serão imediatamente canceladas pela EMISSORA.

3.23.6. Na hipótese do Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis.

3.23.7. Para as Debêntures Subordinadas custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas parcial deverá ocorrer em conformidade com os procedimentos da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas Subordinados, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures Subordinadas a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Para tal, a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS deverão comunicar a CETIP com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da realização do Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO CONDICIONADO

4.1. As Debêntures Subordinadas são da espécie subordinada, sendo que os recursos necessários ao seu pagamento decorrerão precipuamente da liquidação dos Direitos Creditórios Consignados.

4.2. Os valores pagos pela EMISSORA aos Debenturistas Subordinados nos termos desta Escritura de Emissão Subordinada observarão a seguinte ordem de imputação: (i) inicialmente a título de pagamento dos Juros Remuneratórios da 1ª Série, e (ii) após o pagamento integral dos Juros Remuneratórios da 1ª Série incorridos até a respectiva Data de Pagamento, a título de pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série, e (iii) após o pagamento integral dos Juros Remuneratórios da 2ª Série incorridos até a respectiva Data de Pagamento, a título de pagamento dos Juros Remuneratórios da 3ª Série, e (iv) após o pagamento integral dos Juros Remuneratórios da 3ª Série incorridos até a respectiva Data de Pagamento, a título de pagamento dos Juros Remuneratórios da 4ª Série, e (v) após o pagamento integral dos Juros Remuneratórios da 4ª Série incorridos até a respectiva Data de Pagamento, a título de pagamento da Participação nos Resultados; e, após o pagamento integral dos valores devidos nos termos de (i) a (v) acima, (vi) a título de resgate do Valor Nominal Unitário de cada Debênture Subordinada, sempre observado o disposto nos Itens (4.1), (4.2) e (11.1).

4.3. Nos termos da Resolução 2.686 e sujeito ao disposto nos Itens (4.1), (4.2) e (11.1) desta Escritura de Emissão Subordinada, a obrigação da EMISSORA de efetuar o pagamento, total ou parcial, dos Juros Remuneratórios, da Participação nos Resultados, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture Subordinada e qualquer outro valor devido nos termos desta Escritura de Emissão Subordinada, nas datas de pagamento originalmente pactuadas, é condicionada e subordinada à existência de recursos financeiros livres, desembarcados e suficientes ao pagamento das referidas obrigações, suficiência essa que dependerá precipuamente do recebimento, pela EMISSORA, dos valores devidos pelos Mutuários devedores dos Direitos Creditórios Consignados de titularidade da EMISSORA.

4.4. O produto do pagamento dos Direitos Creditórios Consignados deverá ser alocado ao pagamento das obrigações assumidas pela EMISSORA observado o disposto nos Itens (4.1), (4.2) e (11.1), na liquidação das obrigações decorrentes das Debêntures Subordinadas.

4.5. Observado os Itens (4.1), (4.2) e (11.1) e em razão do disposto no artigo 5º da Resolução nº 2.686:

- a) os Direitos Creditórios Consignados de titularidade da EMISSORA destinam-se à liquidação das Debêntures com Garantia Real, ao pagamento das Despesas e à liquidação das Debêntures Subordinadas;
- b) os Direitos Creditórios Consignados de titularidade da EMISSORA não são passíveis de constituição de garantias ou de excussão por quaisquer dos demais credores da EMISSORA, por mais privilegiados que sejam, em razão da Garantia Real constituída;
- c) em razão da Garantia Real constituída nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures com Garantia Real, os Direitos Creditórios Consignados de titularidade da EMISSORA responderão previamente pelas obrigações inerentes às Debêntures com Garantia Real;
- d) incumbirá à EMISSORA administrar os Direitos Creditórios Consignados de sua titularidade e manter registros contábeis em relação a eles; e
- e) a responsabilidade da EMISSORA restringe-se aos prejuízos que esta causar por descumprimento de disposição legal ou regulamentar, por negligência ou administração temerária ou, ainda, por desvio da finalidade dos Direitos Creditórios Consignados de sua titularidade.

4.6. Caso os Direitos Creditórios Consignados e os demais bens e direitos de titularidade da EMISSORA (em conjunto, "Bens e Direitos") não sejam suficientes para liquidar integralmente (i) as obrigações assumidas pela EMISSORA nas Debêntures com Garantia Real, (ii) as Despesas, e (iii) as obrigações assumidas pela EMISSORA nas Debêntures Subordinadas, observados os procedimentos descritos nos Itens (4.1), (4.2) e (11.1) desta Escritura de Emissão Subordinada, a EMISSORA não será responsável perante os Debenturistas Subordinados, por qualquer pagamento adicional a qualquer título que não puderam ser liquidados por meio dos referidos Bens e Direitos, a menos que decorrentes de violação ao disposto nas alíneas "d" e "e" do Item (4.5).

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo das obrigações decorrentes da lei ou, caso aplicáveis, das normas da CVM, assim como das demais obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão Subordinada, enquanto o saldo devedor das Debêntures Subordinadas não for integralmente pago, a EMISSORA, em caráter irrevogável e irretratável, obriga-se, adicionalmente, a:

- a) (A) no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou nas respectivas datas de divulgação, o que ocorrer primeiro, preparar, observadas a Lei das Sociedades por Ações e as regras emitidas pela CVM, conforme aplicável, e encaminhar ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social então encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de Empresa de Auditoria; (B) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término de cada trimestre do exercício social, preparar, observadas a Lei das Sociedades por Ações e as regras emitidas pela CVM, conforme aplicável, e encaminhar ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório de revisão de Empresa de Auditoria; (C) no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o término de cada mês calendário cópia de suas demonstrações financeiras não auditadas relativas ao respectivo mês, preparadas pela administração da EMISSORA; e (D) declaração assinada por diretor da EMISSORA, com poderes para tanto, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão Subordinada; (ii) não ocorrência de

- qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da EMISSORA perante os Debenturistas Subordinados e o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS; (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (iv) que seus bens foram mantidos devidamente assegurados;
- b) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS cópia, na data em que for encaminhado à publicação, de qualquer ato ou comunicado relativo à Emissão que venha a ser publicado pela EMISSORA, na forma da Cláusula Décima Segunda;
 - c) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, qualquer informação ou cópia de quaisquer documentos que razoavelmente sejam solicitados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão Subordinada e da Instrução CVM 28;
 - d) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS avisos aos Debenturistas Subordinados, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais da EMISSORA que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas Subordinados, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480 ou, na inexistência de prazo previsto na regulamentação, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem divulgados;
 - e) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS cópia de qualquer notificação judicial, extrajudicial ou administrativa recebida pela EMISSORA, em até 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento; e
 - f) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS os comprovantes da liquidação financeira das obrigações de pagamento referentes às Debêntures Subordinadas e às Despesas nos termos desta Escritura de Emissão Subordinada e dos demais Documentos da Operação, no prazo de até 5 (cinco) dias contado do recebimento de solicitação escrita nesse sentido.

5.2. A EMISSORA obriga-se, ainda, a:

- a) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços anuais a exame de Empresa de Auditoria;
- b) manter as Debêntures Subordinadas registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures Subordinadas;
- c) manter, em adequado funcionamento, área de atendimento aos Debenturistas Subordinados ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- d) informar diariamente ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS o valor dos recursos disponíveis da EMISSORA que não estejam comprometidos com o pagamento de Despesas e demais exigibilidades da EMISSORA;
- e) atender às solicitações legítimas do AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS;
- f) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou

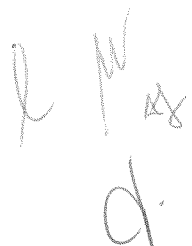
Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.

indiretamente se relacione com a Emissão, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS, deva fazer nos termos da Escritura de Emissão Subordinada, mas não o faça;

- g) informar o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS em até 1 (um) Dia Útil após ciência sobre a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado. O cumprimento do acima não impedirá o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS ou os Debenturistas Subordinados de exercerem seus direitos, garantias e prerrogativas previstos nesta Escritura de Emissão Subordinada e nos demais Documentos da Operação, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures Subordinadas;
- h) informar o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS em até 1 (um) Dia Útil após ciência sobre a ocorrência de qualquer alteração substancial em suas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias que, a critério da EMISSORA, possa trazer prejuízo aos Debenturistas Subordinados;
- i) considerada *pro forma* a cessão e o efetivo pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios Consignados, conforme definido nos termos do Contrato de Cessão de Carteira e do Contrato de Cessão, atender concomitantemente aos índices e parâmetros definidos na alínea “h” do item (6.2) da Escritura de Emissão das Debêntures com Garantia Real;
- j) não realizar negócios e/ou operações (i) alheios ao seu objeto social definido no Estatuto Social, (ii) que não estejam expressamente previstos e autorizados pelo Estatuto Social ou (iii) que não tenham sido previamente autorizados com a estrita observância dos procedimentos estabelecidos pelo Estatuto Social e/ou acordo de voto arquivado na sede social da EMISSORA, sem prejuízo do cumprimento das demais disposições estatutárias, legais e regulamentares aplicáveis;
- k) não praticar quaisquer atos e informar o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS em até 1 (um) Dia Útil após ciência sobre a prática de quaisquer atos em desacordo com (i) o Estatuto Social, (ii) acordos de acionistas arquivados em sua sede, (iii) a Escritura de Emissão com Garantia Real, (iv) os demais Documentos da Operação de que seja parte ou interveniente, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela EMISSORA perante a comunhão dos Debenturistas Subordinados;
- l) manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao regular funcionamento de suas atividades, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto, exceto aqueles cuja ausência não afete as atividades regulares da EMISSORA;
- m) manter, na forma exigida pela Lei das Sociedades por Ações, da legislação tributária e demais normas regulamentares, em local adequado e em perfeita ordem seus livros contábeis e societários regularmente abertos e registrados na JUCESP;
- n) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios;

Handwritten signatures and initials, including a large 'P' and a signature that appears to be 'J. M. A. S.' followed by a circled 'd'.

- o) cumprir, em todos os seus aspectos relevantes, as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente, de boa-fé, pela EMISSORA;
- p) respeitar a legislação e regulamentação relacionadas à corrupção, saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente, e não incentivar a prostituição, tampouco utilizar ou incentivar mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou que de qualquer forma infringem direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente;
- q) cumprir todas as determinações emanadas da CVM e do Banco Central do Brasil e demais autoridades, inclusive fiscais, caso aplicável, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- r) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão Subordinada, inclusive no que se refere à destinação dos recursos captados por meio da Oferta Restrita;
- s) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures Subordinadas, o Agente de Liquidação, o Escriturador, o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS e a CETIP;
- t) efetuar o pagamento de todas as Despesas, conforme práticas e condições de mercado necessárias à proteção dos direitos, garantias e prerrogativas dos Debenturistas Subordinados ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas Subordinados nos termos desta Escritura de Emissão Subordinada e dos demais Documentos da Operação;
- u) efetuar recolhimento (i) de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da EMISSORA e (ii) do pagamento de todos os tributos devidos pela EMISSORA às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, nos termos da legislação aplicável, exceto por aqueles que não estejam sendo contestados de boa fé pela EMISSORA;
- v) não pagar dividendos, exceto os previstos no seu Estatuto Social e no Contrato de Usufruto;
- w) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures Subordinadas e desde que haja Debêntures Subordinada em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão Subordinada e nos demais Documentos da Operação, no que for aplicável;
- x) comunicar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do evento, os Debenturistas Subordinados e o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão Subordinada e nos demais Documentos da Operação tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- y) incluir em suas demonstrações financeiras disposição expressa dando ciência das Debêntures Subordinadas e de seus termos e condições, em especial da existência desta Escritura de Emissão Subordinada;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

- z) prestar ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS, diretamente ou aos prestadores de serviços por este indicados, todas as informações e permitir-lhes o acesso, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data do recebimento da solicitação do AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS nesse sentido, a todos os documentos e registros necessários à verificação do estrito cumprimento, pelos administradores da EMISSORA, do disposto no Estatuto Social e nos demais Documentos da Operação, assim como das demais atividades relacionadas à consecução de seu objeto social;
- aa) promover, o registro da AGE, desta Escritura de Emissão e de seus respectivos aditamentos, na forma prevista nos respectivos instrumentos, perante os registros competentes;
- bb) cumprir com todas as determinações para envio de documentos solicitados por CETIP, pelo Agente de Liquidação, pelo Escriturador e pelos demais prestadores de serviços contratados pela EMISSORA; e
- cc) manter em estrita ordem a sua contabilidade e efetuar os respectivos registros de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade do Brasil, assim como permitir ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS (ou a prestador de serviços por este contratado), o acesso aos seus livros e demais registros contábeis, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data do recebimento da solicitação do AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS nesse sentido.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão Subordinada, a EMISSORA obriga-se a, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:

- a) preparar suas demonstrações financeiras observado o disposto na alínea “a” do Item (5.1);
- b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- d) manter os documentos mencionados na alínea “c” acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação; e
- f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer “Fato Relevante”, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder e ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS.

5.4. Caso, por qualquer motivo, qualquer signatário dos Documentos da Operação deixe de prestar os serviços neles previstos, com impacto sobre o Programa de Securitização, a EMISSORA não será responsável por qualquer prejuízo causado aos Debenturistas Subordinados entre a data em que o respectivo signatário dos Documentos da Operação deixar, por qualquer motivo, de prestar os serviços neles

[Handwritten signature]
d.

previstos, e a data de celebração do contrato com o respectivo substituto, exceto se for comprovado o dolo da EMISSORA nos prejuízos causados aos Debenturistas Subordinados, sendo certo que a EMISSORA envidará os melhores esforços para que a substituição efetiva de qualquer signatário dos Documentos da Operação seja feita da forma mais célere possível.

5.5. A EMISSORA obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS

6.1. O agente fiduciário da Emissão será, conforme anuído pela EMISSORA, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita tal nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão Subordinada, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas Subordinados.

6.2. Nos termos do Contrato de Usufruto foi constituído, em favor da Oliveira Trust Servicer S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-20, o usufruto de 5 (cinco) ações preferenciais classe A da EMISSORA, sendo que qualquer direito político decorrente do usufruto será exercido somente em prol dos interesses da comunhão dos debenturistas titulares das Debêntures com Garantia Real e dos titulares das Debêntures Subordinadas, conforme deliberação na respectiva assembleia geral de debenturistas a ser realizada com estrita observância aos termos e condições do Estatuto Social, do Contrato de Usufruto da Escritura de Emissão com Garantia Real e/ou desta Escritura de Emissão Subordinada, conforme o caso.

6.3. Até o 2º (segundo) Dia Útil imediatamente subsequente ao da realização da Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados que tenha por objeto Matéria Relevante, o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS deverá enviar ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL comunicação escrita informando a deliberação tomada pelos Debenturistas Subordinados em referida Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados, acompanhada de cópia da respectiva ata devidamente assinada por todas partes, sendo que a respectiva instrução de voto deverá ser entregue ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL impreterivelmente até o Dia Útil imediatamente anterior à data de realização da reunião prévia que vier a deliberar sobre a Matéria Relevante em questão.

6.3.1. Desde que assim deliberado pelos Debenturistas Subordinados reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados, o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS poderá solicitar ao Usufrutuário que solicite à EMISSORA a convocação de assembleia geral de acionistas da EMISSORA e de reunião prévia nos termos do Contrato de Usufruto, com o fito de deliberar-se a respeito de qualquer Matéria Relevante. Neste caso, a solicitação deverá conter uma descrição detalhada das respectivas Matérias Relevantes e os motivos que justificam a realização da respectiva assembleia geral.

6.3.2. Caso haja falta de manifestação e/ou negativa por parte dos Debenturistas Subordinados quanto as matérias listadas no Item (6.6), alínea “a” abaixo, caberá ao Usufrutuário comunicar tal fato aos acionistas da EMISSORA para que esses, nos termos do Contrato de Usufruto, reunidos em reunião prévia, votem contra a aprovação matéria em questão.

6.3.3. Caso, por qualquer motivo, a(s) respectiva(s) Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas convocada para os fins de determinar a instrução de voto a ser passada pelo USUFRUTUÁRIO aos Acionistas na Reunião Prévia não tenha(m) ocorrido e/ou, na hipótese de a ordem do dia tratar de qualquer das Matérias Relevantes identificadas nas alíneas do item (4.10) do Contrato de Usufruto, não tenha sido possível, em razão de divergência entre as deliberações tomadas pelos titulares de Debêntures com Garantia Real e pelos titulares das Debêntures Subordinadas, separadamente, em suas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas, não seja possível definir o conteúdo da respectiva Instrução de Voto Conjunta, a Reunião Prévia será realizada e o Usufrutuário deverá orientar os Acionistas para que votem, na respectiva Assembleia Geral, contra a aprovação das respectivas Matérias Relevantes objeto da ordem do dia.

6.3.4. Na hipótese de liquidação integral das Debêntures com Garantia Real, o Contrato de Usufruto permanecerá existente, válido e eficaz, sendo que, neste caso, caberá única e exclusivamente ao Agente Fiduciário das Debêntures Subordinadas, observadas as instruções passadas pelos titulares das Debêntures Subordinadas nos termos desta Escritura de Emissão Subordinada, definir individualmente o conteúdo da instrução de voto referente a qualquer Matéria Relevante a ser passada ao Usufrutuário.

6.4. O AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS, nomeado nesta Escritura de Emissão Subordinada, declara sob as penas da lei, que:

- a) conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão Subordinada;
- b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão Subordinada, todas as suas Cláusulas e condições;
- c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão Subordinada e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- d) a celebração desta Escritura de Emissão Subordinada e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS;
- e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

g) *não tem qualquer ligação com a EMISSORA que o impede de exercer sua*

função;

- h) *está ciente das disposições da Circular BACEN nº 1.822 de 1990, conforme alterada;*
- i) *verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão Subordinada;*

o representante legal do AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES

SUBORDINADAS que assina esta Escritura de Emissão Subordinada tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações aqui estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor; e

- j) o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão Subordinada devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da EMISSORA inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da EMISSORA relacionadas a esta Escritura de Emissão Subordinada sejam cumpridas ou, ainda, até sua efetiva substituição, o que ocorrer por último.

6.5. Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão Subordinada, uma remuneração a ser paga pela EMISSORA da seguinte forma:

- a) o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS fará jus ao recebimento de uma remuneração anual de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil imediatamente subsequente a data de celebração desta Escritura de Emissão Subordinada e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes até a Data de Vencimento;
- b) A remuneração citada no item acima será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento;
- c) A remuneração citada na alínea acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M/FGV, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do 1º (primeiro) pagamento, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die* se necessário; e
- d) em caso de mora no pagamento da remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS, os valores devidos serão acrescidos de multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito à atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.5.1. A remuneração prevista acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures Subordinadas, caso o ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA.

6.5.2. Os serviços do AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS previstos nesta Escritura de Emissão Subordinada são aqueles descritos na Instrução CVM 28 e Lei das Sociedades por Ações, bem como previstos nesta Escritura de Emissão Subordinada.

6.5.3. O AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS será reembolsado pela Emissora por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da entrega à EMISSORA de cópia dos documentos comprobatórios. As despesas incluem, entre outras, aquelas relativas à:

[Handwritten signature and initials]

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão Subordinada, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (c) extração de certidões e eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas Subordinados;
- (d) despesas cartorárias;
- (e) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à EMISSÃO; e
- (f) fotocópias, digitalizações, envio de documentos.

6.5.3.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares das Debêntures Subordinadas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas Subordinados e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas Subordinados incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas Subordinados. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares das Debêntures Subordinadas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS solicitar adiantamento aos Debenturistas Subordinados para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, exceto aos Debenturistas Subordinados impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas Subordinados ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas Subordinados que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas Subordinados que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação e o crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas Subordinados que não tenha sido saldado na forma prevista acima será acrescido à dívida da EMISSORA, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

6.6. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou do Banco Central do Brasil ou nesta Escritura de Emissão Subordinada, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS:

- a) Observado o disposto no Item (6.2.1) acima, informar ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL, por escrito, a orientação de voto a ser passada ao Usufrutário para que este se manifeste nas reuniões prévias dos acionistas da EMISSORA, conforme definido no Contrato de Usufruto, a qual deverá estar em consonância com a decisão dos Debenturistas Subordinados definida em Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados, relativa a qualquer das seguintes matérias ("Matérias Relevantes"). Caso haja falta de manifestação e/ou negativa por parte dos Debenturistas Subordinados quanto as matérias listadas abaixo, caberá ao Usufrutário comunicar tal fato aos acionistas da EMISSORA para que esses, nos termos do Contrato de Usufruto, votem contra a aprovação matéria em questão.

- (i) requerimento para solicitar insolvência civil, dissolução, liquidação, recuperação judicial, extrajudicial, autofalência ou evento equivalente da EMISSORA;
- (ii) destituição e eleição dos Diretores e/ou Conselheiros Fiscais e/ou instalação do Conselho Fiscal na forma prevista nos itens (4.12) e (4.13) do Contrato de Usufruto, inclusive com a indicação dos nomes e a qualificação completa dos novos Diretores e/ou Conselheiros Fiscais a serem eleitos na Assembleia Geral de Acionistas;
- (iii) aquisição, seja a que título for, de qualquer ativo, móvel ou imóvel, tangível ou intangível, inclusive valores mobiliários de qualquer natureza, de emissão própria ou de outras sociedades, exceto os bens e direitos objeto do Contrato de Cessão de Carteira e do Contrato Cessão;
- (iv) contratação de prestadores de serviço e demais despesas administrativas, exceto se através das formas e processos previstos nos Documentos da Operação;
- (v) abertura de contas correntes bancárias e/ou de investimento em nome da EMISSORA, além daquelas previstas nos Documentos da Operação e a movimentação destas contas de forma diversa ou para outros fins que não os especificamente previstos nos referidos instrumentos;
- (vi) celebração de qualquer contrato de empréstimo, financiamento, adiantamento de recursos ou a emissão e colocação, pública e/ou privada, de quaisquer títulos ou valores mobiliários, exceto aqueles mencionados nos parágrafos 2º e 3º do artigo 4º do Estatuto Social, ou qualquer documento, instrumento ou compromisso que de qualquer forma gerem ou possam gerar obrigações e deveres para a EMISSORA;
- (vii) distrato, rescisão ou alteração de quaisquer Documentos da Operação, seja como parte, seja como interveniente, a qualquer título;
- (viii) criação de qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre quaisquer bens ou direitos de titularidade da EMISSORA, presentes ou futuros, tangíveis ou intangíveis, no todo ou em parte, exceto com relação ao disposto no Parágrafo 2º do Artigo 4º do Estatuto Social;
- (ix) alienação, cessão ou transferência, a qualquer título, seja a quem for, de quaisquer bens ou direitos de titularidade da EMISSORA, presentes ou futuros, tangíveis ou intangíveis, no todo ou em parte, salvo se expressamente autorizado no Estatuto Social;
- (x) celebração de qualquer acordo e/ou transação envolvendo qualquer bem, ativo, direito, obrigação, pretensão ou prerrogativa da EMISSORA, presente ou futuro, no todo ou em parte, incluindo, sem limitação, aqueles acordos ou transações que acarretem a desconstituição, substituição ou liberação de quaisquer garantias, reais ou fidejussórias, que tenham sido constituídas para assegurar o pagamento de quaisquer dos créditos da EMISSORA, exceto se tal procedimento encontrar-se expressamente previstos nos Documentos da Operação;
- (xi) a outorga, criação ou constituição, pela EMISSORA de quaisquer garantias a terceiros, reais ou fidejussórias, exceto se tal procedimento encontrar-se expressamente previsto no Estatuto Social ou nos demais Documentos da Operação;



- (xii) alteração de qualquer dos artigos do Estatuto Social, excetuadas as alterações exigidas por lei, pela regulamentação do Banco Central do Brasil e/ou pelas demais entidades reguladoras;
 - (xiii) desde que a EMISSORA conte com recursos livres e disponíveis para tanto, deliberação a respeito do pagamento da Participação nos Resultados, nos termos dos Itens (3.15.8) e (3.15.9);
 - (xiv) realização da dação em pagamento prevista no Item (3.18.5);
 - (xv) desde que a EMISSORA conte com recursos livres e disponíveis para tanto, aprovação do Resgate Antecipado das Debêntures com Garantia Real, nos termos do Item (4.18) da Escritura de Emissão com Garantia Real, incluindo seus termos e condições; ou
 - (xvi) desde que a EMISSORA conte com recursos livres e disponíveis para tanto, aprovação do Resgate Antecipado das Debêntures Subordinadas, nos termos do Item (3.23), incluindo seus termos e condições.
- b) informar aos Debenturistas Subordinados, imediatamente após o recebimento de comunicação escrita nesse sentido enviada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL, o inadimplemento, pela EMISSORA, de qualquer obrigação pecuniária por ela assumida na Escritura de Emissão com Garantia Real que resulte em um Evento de Avaliação conforme o previsto na Escritura de Emissão com Garantia Real;
 - c) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas Subordinados, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
 - d) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - e) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - f) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão Subordinada, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
 - g) promover, às expensas da EMISSORA, caso esta não o faça, o registro desta Escritura de Emissão Subordinada e de seus respectivos aditamentos, na forma aqui prevista, perante os registros competentes, hipótese em que a EMISSORA deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros sem prejuízo de caracterizar o descumprimento de obrigação não pecuniária por parte da EMISSORA;
 - h) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas Subordinados acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
 - i) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, às expensas da EMISSORA, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da EMISSORA, bem como das demais comarcas em que a EMISSORA exerça suas atividades;

Handwritten signatures and initials: "W", "d.", and "28".

- j) solicitar, caso os Debenturistas Subordinados considerem necessário de forma justificada, auditoria extraordinária na EMISSORA, às expensas desta;
- k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos na Cláusula Décima Segunda;
- l) comparecer à Assembleia Geral da EMISSORA a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- m) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas Subordinados, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea “b”, da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da EMISSORA, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo:
 - i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;
 - ii) alterações estatutárias da EMISSORA ocorridas no período;
 - iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures Subordinadas no mercado;
 - v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento da Remuneração realizados no período, conforme aplicável;
 - vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures Subordinadas;
 - vii) cumprimento das obrigações assumidas pela EMISSORA e demais prestadores de serviços nesta Escritura de Emissão Subordinada;
 - viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - ix) todo e qualquer ato ou procedimento solicitado pelos Debenturistas Subordinados relacionado à Escritura de Emissão Subordinada; e
 - x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela EMISSORA ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da EMISSORA em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões, previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea “k”, Itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- n) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
 - i) na sede da EMISSORA; e
 - ii) na sede do AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS.



- o) publicar, nos órgãos da imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas Subordinados que o relatório mencionado na alínea “n” acima se encontra à sua disposição nos locais ali indicados;
- p) manter atualizada a relação dos Debenturistas Subordinados se seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à EMISSORA, ao Agente de Liquidação, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a EMISSORA e os Debenturistas Subordinados, mediante subscrição e integralização das Debêntures Subordinadas, expressamente autorizam, desde já, o Agente de Liquidação, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS, inclusive, referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas Subordinados se seus respectivos titulares;
- q) comunicar os Debenturistas Subordinados, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão Subordinada, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP, em observância aos prazos exigidos por cada qual;
- r) fiscalizar o cumprimento pela EMISSORA das disposições constantes desta Escritura de Emissão Subordinada;
- s) comunicar os Debenturistas Subordinados, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão Subordinada, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP, em observância aos prazos exigidos por cada qual;
- t) acompanhar com o Agente de Liquidação e o Escriturador Mandatário, em cada Data de Pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela EMISSORA em relação às Debêntures Subordinadas, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão Subordinada; e
- u) disponibilizar cálculo do Valor Nominal Unitário e da Remuneração, devidamente calculado pela EMISSORA, aos Debenturistas Subordinados e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

6.7. Sem prejuízo do disposto no Item (3.17), o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) requerer, caso aplicável, a falência da EMISSORA, nos termos da legislação vigente; e
- b) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da EMISSORA.

6.8. O AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no Item (6.7)-“a” acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados e esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures Subordinadas em circulação. Na hipótese da alínea “b” acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures Subordinadas em circulação.

6.9. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS a ser substituído, pela EMISSORA, por Debenturistas Subordinados que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures Subordinadas em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.9.1. Na hipótese de o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a celebração desta Escritura de Emissão Subordinada, deverá este comunicar imediatamente o fato à EMISSORA, solicitando sua substituição.

6.9.2. É facultado aos Debenturistas Subordinados proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados especialmente convocada para esse fim.

6.9.3. Em caso de renúncia, o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS deverá permanecer no exercício de suas funções até que (i) uma instituição substituta seja escolhida pela EMISSORA e aprovada pelos Debenturistas Subordinados, na forma da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão Subordinada, e (ii) a instituição substituta assuma efetivamente as funções do AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS, nos termos desta Escritura de Emissão Subordinada e dos demais Documentos da Operação.

6.9.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão Subordinada, devendo o mesmo ser averbado à margem do registro a que se refere o Item (2.4).

6.9.5. Em caso de renúncia, o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS obriga-se a restituir, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da efetivação da renúncia, a parcela da remuneração correspondente ao período entre a data da efetivação da renúncia e a do próximo pagamento, cujo valor será calculado pro rata temporis com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias.

6.9.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo substituído, calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão, caso a Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados não delibere sobre a matéria, observado que o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor.

6.9.7. Em qualquer hipótese, a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28 e em eventuais normas posteriores.

Handwritten signature and initials: "W" and "d" with a flourish.

6.9.8. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas Subordinados em forma de aviso nos termos da Cláusula Décima Segunda.

6.9.9. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão Subordinada e aos demais Documentos da Operação em que este compareça como parte ou interveniente, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas nesta Escritura de Emissão Subordinada sejam cumpridas.

6.9.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS SUBORDINADOS

7.1. Sem prejuízo do disposto no Item (3.15.5), os Debenturistas Subordinados de cada uma das Séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturistas da respectiva Série de forma presencial, ficando, contudo, autorizada a participação na referida assembleia por teleconferência, por videoconferência ou por outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do voto, para deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas Subordinados da respectiva Série, se assim permitido e autorizado nos termos da legislação aplicável, sendo que poderá ser realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados comum às 5 (cinco) Séries, caso possuam a mesma ordem do dia (“Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados”).

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados poderá ser convocada (i) pelo AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS, (ii) pela EMISSORA, (iii) por Debenturistas Subordinados que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures Subordinadas em circulação da respectiva Série ou, na hipótese de Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados comum às 5 (cinco) Séries, da totalidade das Debêntures Subordinadas em circulação, conforme o caso, ou (iv) pela CVM, conforme previsto no artigo 71, § 1º da Lei das Sociedades por Ações.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas Subordinados serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias contados da publicação do edital de convocação em primeira convocação e com antecedência mínima de 8 (oito) dias em segunda convocação. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos na Cláusula Décima Segunda, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão Subordinada.

7.5. Nos termos do parágrafo terceiro, do artigo 71, da Lei das Sociedades por Ações, a(s) Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas Subordinados instalar-se-á(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas Subordinados que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures Subordinadas em circulação da respectiva Série ou, na hipótese de Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados comum às 5 (cinco) Séries, da maioria das Debêntures Subordinadas em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas Subordinados da respectiva Série ou, na hipótese de Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados comum às 5 (cinco) Séries, com qualquer número das Debêntures Subordinadas em circulação, conforme o caso.

7.5.1 Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão Subordinada, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados a que comparecer a totalidade dos Debenturistas Subordinados da respectiva Série ou, na hipótese de Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados comum às 5 (cinco) Séries, a que comparecer a totalidade dos Debenturistas Subordinados.

7.6. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS; (ii) ao Debenturista Subordinado eleito pelos Debenturistas Subordinados presentes; ou (iii) àquele que for designado pela CVM.

7.7. Sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava, a EMISSORA e/ou os Debenturistas Subordinados poderão convocar representantes da EMISSORA ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais de Debenturistas Subordinados, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

7.8. Independentemente de quem tenha convocado a Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados, o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais de Debenturistas Subordinados e prestar aos Debenturistas Subordinados as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. Cada Debênture Subordinada em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas Subordinados, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas Subordinados ou não. Sem prejuízo do disposto no Item (3.15.5), a alteração das condições de remuneração de qualquer das Séries dependerá do voto afirmativo dos titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures Subordinadas em circulação da respectiva Série, proferido em separado em Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados específica da respectiva Série. A aprovação de qualquer das demais matérias objeto de deliberação a ser tomada em Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados deverá ser aprovada em primeira ou em segunda convocação, pela maioria dos titulares das Debêntures Subordinadas em circulação.

7.9.1. Sem prejuízo do disposto no Item (7.9), qualquer alteração aos termos e condições desta Escritura de Emissão Subordinada deverá ser previamente pelos titulares das Debêntures com Garantia Real reunidos em assembleia geral, sendo que o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL deverá participar do respectivo instrumento de aditamento.

7.10. Para efeito da constituição de quaisquer dos quora de instalação e/ou deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas Subordinados serão excluídas as Debêntures Subordinadas que sejam de titularidade de quaisquer Controladoras, diretas ou indiretas, da EMISSORA assim como por funcionários e administradores de quaisquer dessas sociedades.

7.11. As deliberações tomadas pelos Debenturistas Subordinados, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão Subordinada, serão existentes, válidas e eficazes perante a EMISSORA e obrigarão a todos os Debenturistas Subordinados de todas as Debêntures Subordinadas em circulação, independentemente de terem comparecido ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados.

Handwritten signatures and initials, including a large 'd' and 'x8'.

CLÁUSULA OITAVA – DECLARAÇÕES E GARANTIAS

8.1. A EMISSORA declara e garante que:

- a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão Subordinada e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura de Emissão Subordinada e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela EMISSORA;
- c) esta Escritura de Emissão Subordinada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da EMISSORA, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- d) a celebração desta Escritura de Emissão Subordinada não infringe qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a EMISSORA é parte, nem irá resultar em:
 - i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; ou
 - ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da EMISSORA.

8.1.1. A EMISSORA obriga-se a informar o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS e ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL caso qualquer das declarações acima prestadas deixe de ser verdadeira.

8.1.2. A Emissora e o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS declaram concordar que o USUFRUTUÁRIO não será responsável, em nenhuma hipótese, por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados aos titulares das Debêntures Subordinadas e/ou à EMISSORA pelos atos praticados pelos Diretores e/ou Conselheiros Fiscais que forem indicados na Assembleia Geral de Debenturistas Subordinados, conforme orientação de voto passada por escrito pelo AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS através da orientação de voto enviada ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL ou diretamente ao USUFRUTUÁRIO, conforme o caso.

8.1.3. A EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS reconhecem e atestam que o Usufruto e a orientação de voto a ser passada em Reunião Prévia aos Acionistas serão exercidos pelo USUFRUTUÁRIO de forma não discricionária, com estrita observância à Estrutura de Deliberação e aos demais termos e condições do Contrato de Usufruto e dos demais Documentos da Operação, em consonância com orientações definidas nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas, repassadas por escrito pelo AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL ou pelo AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS ao USUFRUTUÁRIO.

CLÁUSULA NONA - DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todas as notificações, comunicações, convocações e outros avisos a serem enviadas, nos termos desta Escritura de Emissão Subordinada deverão ser encaminhadas, sob protocolo, para o endereço abaixo:

- a) para a EMISSORA:
PDL 1.0 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
 Avenida das Nações Unidas, 10.989
 CEP 04578 - 000 – São Paulo, SP
 At.: Ricardo Pantozzi/Eduardo Siqueira
 Tel.: (11) 3572-9066/3572-9018
 Fac-símile: (11) 3572-9012
 E-mail: ricardo.pantozzi@tnf-group.com/eduardo.siqueira@tnf-group.com
- b) para o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS:
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
 Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304
 22640-102, Rio de Janeiro, RJ
 At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro / Sra. Marcelle Motta Santoro / Sr. Marco Aurélio Ferreira
 Telefone: (21) 3385-4565
 Fac-símile: (21) 3385-4046
 Correio Eletrônico: operacional@pentagonotruster.com.br
- c) para o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL:
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
 Avenida das Américas 500, bloco 13, grupo 205
 22640-100, Rio de Janeiro, RJ
 At.: Sr. Antonio Amaro / Sra. Maria Carolina Vieira Abrantes
 Telefone: (21) 3514-0000
 Fac-símile: (21) 3514-0099
 Correio Eletrônico: antonio.amaro@oliveiratruster.com.br / ger2.agente@oliveiratruster.com.br
- d) Para o USUFRUTUÁRIO:
Oliveira Trust Servicer S.A
 Avenida das Américas, No. 500, bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca
 24640-100, Rio de Janeiro, RJ
 Telefone: (21) 3514-0000
 Fac-símile: (21) 3514-0099
 e-mail: alexandre.freitas@oliveiratruster.com.br // ger1.fundos@oliveiratruster.com.br
 At.: José Alexandre Costa de Freitas

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RENÚNCIA

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão Subordinada. Dessa forma, quaisquer tolerâncias e/ou concessões recíprocas não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poder do Debenturista Subordinado nos termos desta Escritura de Emissão Subordinada, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão Subordinada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

Seção I – Da Ordem de Alocação dos Recursos

11.1. Observados os termos e condições do item (9.1) da Escritura de Emissão das Debêntures com Garantia Real, a partir da 1ª (primeira) integralização das Debêntures com Garantia Real e até a data de vencimento das Debêntures com Garantia Real, a

Handwritten signature and initials:
 l / w
 d. ss

EMISSIONORA e, observado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, obriga-se a utilizar os recursos cursados nas Contas Vinculadas (i) oriundos da integralização das Debêntures com Garantia Real e das Debêntures Subordinadas; (ii) decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios Consignados; (iii) decorrentes da alienação de Créditos e/ou (iv) as demais disponibilidades da EMISSIONORA, para atender às exigibilidades da EMISSIONORA obrigatoriamente na seguinte ordem:

- a) formação e manutenção de reserva monetária no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) ("Saldo Mínimo de Caixa"), que poderá ser investida somente no Fundo de Liquidez, sendo que todo e qualquer valor decorrente do resgate das quotas do Fundo de Liquidez deverão ser depositados na Conta Corrente da EMISSIONORA;
- b) pagamento das Despesas;
- c) provisionamento do montante estimado pela EMISSIONORA das Despesas a serem incorridas pela EMISSIONORA no mês calendário imediatamente subsequente em que for efetuado o respectivo provisionamento, o qual não poderá ser superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- d) pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios Consignados, conforme definido no Contrato de Cessão de Carteira e no Contrato de Cessão;
- e) pagamento do saldo devedor das Debêntures com Garantia Real nas respectivas Datas de Pagamento previstos na Escritura de Emissão das Debêntures com Garantia Real que deverá corresponder ao valor nominal unitário previsto no item (4.2.1), acrescido da remuneração prevista no item (4.8.1) e eventuais encargos moratórios que venham a ser devidos conforme previsto no item (4.14.1), todos da Escritura de Emissão das Debêntures com Garantia Real;
- f) pagamento da Remuneração das Debêntures Subordinadas, conforme definida no item (1.1.109), a ser calculada com base nas disposições dos itens (3.15.1) e (3.15.8) desta Escritura de Emissão Subordinada;
- g) pagamento dos valores devidos aos titulares das Debêntures com Garantia Real e das Debêntures Subordinadas a título de resgate antecipado, nos termos previstos no Item (4.18) da Escritura de Emissão com Garantia Real e no Item (3.23) desta Escritura de Emissão Subordinada;
- h) provisionamento das Despesas relacionadas à liquidação e extinção da EMISSIONORA, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- i) após a liquidação integral das Debêntures com Garantia Real, repasse aos Debenturistas Subordinados, na proporção de seus créditos, da totalidade dos recursos depositados referentes ao Saldo Mínimo de Caixa e demais disponibilidades financeiras de titularidade da EMISSIONORA a título de pagamento do Valor Nominal Unitário devido nos termos desta Escritura de Emissão Subordinada.

11.2. Se, por ocasião do recebimento de quaisquer quantias referentes ao pagamento dos Direitos Creditórios Consignados, assim como de quaisquer outras verbas devidas pela EMISSIONORA, não forem devidos quaisquer dos pagamentos referidos no Item (11.1), a EMISSIONORA obriga-se a investir as quantias recebidas única e exclusivamente no Fundo de Liquidez.

Seção II – Do Vencimento Antecipado

11.3. As Debêntures Subordinadas somente poderão ter o seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses previstas no artigo 333 do Código Civil brasileiro. Sem prejuízo do acima disposto, o Debenturista Subordinado somente poderá declarar o vencimento antecipado das Debêntures Subordinadas após verificar-se o resgate integral das Debêntures com Garantia Real.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PUBLICAÇÕES

12.1. Todos os atos e decisões decorrentes da emissão das Debêntures Subordinadas, que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos Debenturistas Subordinados, deverão ser publicados pela EMISSORA, na forma de aviso, no jornal “O Estado de São Paulo” ou, na sua impossibilidade, em veículo semelhante de circulação nacional, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS informando o novo veículo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Esta Escritura de Emissão Subordinada é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

13.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão Subordinada venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.3. Para os fins e efeitos desta Escritura de Emissão Subordinada, “Dia Útil” significa qualquer dia de segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional e/ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário e/ou não funcionar o mercado financeiro na cidade de São Paulo.

13.4. As Partes concordam que a presente Escritura Subordinada, assim como os demais Documentos da Operação poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja (a) qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas Subordinados.

13.4. Fica desde já estabelecido que o AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS poderá solicitar ao juízo competente a execução específica das obrigações de fazer e não fazer assumidas pela EMISSORA em face do AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS nesta Escritura de Emissão Subordinada.

13.5. Fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias porventura surgidas com relação a esta Escritura de Emissão Subordinada.

Esta Escritura de Emissão Subordinada é firmada pela EMISSORA em 5 (cinco) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 2 (duas) testemunhas que assinam abaixo.

São Paulo, 5 de outubro 2015

PDL 1.0 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

1. Karina S. Batista
Nome: KARINA SPARICO BATISTA
Cargo: DIRETORA

2. Alexandre Jr. Silva Nogueira
Nome: ALEXANDRE JR. SILVA NOGUEIRA
Cargo: DIRETOR

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

1. Ana Beatriz Mendes Ribeiro
Nome: Ana Beatriz Mendes Ribeiro
Cargo: Procuradora

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A.

1. Sonia Regina Menezes
Nome: Sonia Regina Menezes
Cargo: Procuradora

Leonardo Caires P. Moreira
Nome: Leonardo Caires P. Moreira
Cargo: Procurador

Testemunhas:

1. EdUARDO de CAVALHO SIQUEIRA
Nome: EDUARDO de CAVALHO SIQUEIRA
RG: 29.612.718-4
CPF: 296.926.318-18

2. Gabriela R de S. Machado
Nome: GABRIELA R de S. MACHADO
RG: 16152468
CPF: 02794848607

